



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

05	Entrevista: “Siga a despesa pública”: o macroprocesso de execução orçamentária como fio condutor da investigação dos crimes de peculato - desvio no contexto da contratação de fornecedores.” Com o Dr. Frank Ferrari
10	MP requer interdição das Unidades de Alimentação e Nutrição da Cadeia Pública de Salvador e da Lemos de Brito
11	Tribunais se mobilizam para julgar casos de violência contra a mulher
12	Conselhos da comunidade: relatório evidencia desafios para atuação na execução penal
13	Webnário debate ‘Desafios e proposições para cadeia de custódia’ Comissão do Sistema Prisional e Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública tratam de trabalhos institucionais em reunião
14	Operação Istambul: Policial investigado por crime de tortura é preso em Juazeiro CNMP acompanha apresentação de relatório final do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que trata do Estatuto da Vítima
15	Serviços de Atendimento às Pessoas Custodiadas são destaque em evento internacional
16	Integridade da Justiça é pilar do combate à corrupção, afirma professor de Harvard CNJ acompanha medidas para enfrentamento da crise no sistema penitenciário baiano
17	Central de Regulação de Vagas: CNJ lança ferramentas permanentes contra superlotação carcerária CNJ e Condege dialogam sobre melhorias no Sistema Eletrônico de Execução Unificado
18	Artigo expõe proposta para Estado brasileiro institucionalizar combate à tortura Livro sobre o impacto das medidas protetivas ganha prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral

Índice

19

Operação Panaceia: Justiça acata denúncia contra 11 acusados por lavagem de dinheiro Comissão do Sistema Prisional realiza visita ao Departamento Penitenciário Nacional

20

**Reunião entre MP e Polícia Civil discute temas de segurança pública
MP discute medidas de segurança pública com comando-geral da Polícia Militar
Reunião com PGJ e secretário de Segurança Pública aborda combate à criminalidade no estado**

21

**Webinário aborda reconhecimento de pessoas como meio de prova penal
Experiência exitosa desenvolvida em Feira de Santana foi apresentada durante evento**

22

Ações de força-tarefa do Cira recuperaram mais de R\$ 24 milhões aos cofres estaduais apenas este ano

23

**Depen lança o Dossiê: Políticas Penais no Brasil
PRF vai realizar cinco grandes ações de combate a organizações criminosas neste ano**

24

**Plano de combate à violência contra a mulher fará parte da Política de Segurança Pública
PJBA recebe visita do CNJ para tratar sobre soluções para a crise no sistema prisional baiano**

25

**Depen adquire equipamentos escâneres mais modernos para as penitenciárias federais
Senado aprova inclusão do ensino de cidadania e de combate à corrupção no currículo escolar
Redução de homicídios pode gerar falsa sensação de segurança, dizem especialistas**

26

**Primeiro trimestre tem queda de 12,6% nas mortes violentas
Homicídio, latrocínio e lesão dolosa seguida de morte tiveram redução na capital e no interior do estado**

27

SSP coordena 1º Congresso Internacional de Segurança Pública

ENTREVISTA



Entrevista



Dr. Frank Ferrari
Promotor de Justiça do MP/BA

Entrevista realizada com o Promotor de Justiça, Dr. Frank Ferrari, sobre o seu tema de pesquisa e dissertação intitulada: **“SIGA A DESPESA PÚBLICA”: O MACROPROCESSO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COMO FIO CONDUTOR DA INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DE PECULATO - DESVIO NO CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES.**

Seja bem-vindo(a)! Acompanhe a entrevista!

01. Quais os motivos que o levaram a pesquisar sobre o tema “O macroprocesso de execução orçamentária como fio condutor da investigação dos crimes de peculato – desvio no contexto da contratação de fornecedores”?

A ideia de aprofundar as reflexões sobre o tema decorreu de um maior interesse pela atividade investigatória do MP, de um lado, e pela paulatina aquisição de consciência acerca das lógicas próprias que movem os esquemas fraudulentos voltados aos desvios de recursos públicos, de outro, bem como do desejo de, em algum grau, contribuir para o aperfeiçoamento da repressão a esses fenômenos ilícitos especialmente complexos.

02. Existe lógica na prática dos crimes de corrupção e, portanto, uma lógica para a condução da atividade investigativa pelos órgãos competentes?

Entendo que sim. Penso que tanto os esquemas de corrupção quanto a correlata atividade investigatória são fenômenos vivos, dinâmicos e complexos que merecem um olhar para além de uma perspectiva estritamente jurídica. Em ambas as “faces da moeda” temos seres humanos que são movidos por lógicas humanas (psicológicas, econômicas, culturais, etc), de modo que vislumbramos nos esquemas de corrupção e na correlata investigação outras dimensões ou “camadas” diversas daquela técnico-jurídico-normativa “fria”, de natureza formal, com a qual estamos habituados a raciocinar estaticamente, enquanto abstração, fenômenos da vida real extremamente dinâmicos, verdadeiramente “dotados de uma inteligência”. Partindo desta percepção, distinguimos, em ambos, pelo menos três dimensões igualmente importantes para o êxito seja do ilícito, seja de sua repressão: a jurídico-normativa, a material e a estratégica. A pesquisa girou em torno da dimensão material, fundamental ao estabelecimento das estratégias de persecução do resultado ilícito e, em especial, de uma investigação potencialmente exitosa desses mesmos ilícitos.

A compreensão dessa dimensão material parte de um pressuposto e é dada pelo estabelecimento de lógicas relacionais: pressupõe que, fundamentalmente, esses esquemas almejam dinheiro, o lucro indevido, bem como a blindagem contra responsabilizações pelos desvios operados do erário. Assim, sendo a despesa pública a manifestação jurídica do gasto público, a forma de o Estado liberar seus recursos, disso decorre, na perspectiva do ilícito, a primeira e principal inferência lógica relacional: a forma mais segura de se obter aqueles objetivos é o controle ilícito dos processos de execução orçamentária ou de realização dos gastos públicos por meio de atos fraudulentos (produzidos em falsidade documental, ideológica e contábil), seguidos de atos de lavagem, estes tendo início após a realização de pagamentos superestimados por sobrepreço e/ou superfaturamento no âmbito das contratações públicas de fornecedores.

Por sua vez, a segunda inferência lógica é comum tanto à perspectiva de quem pratica tais ilícitos quanto à de quem o investiga: de um lado, para controlar ilicitamente, violentar em sua substância, maquiagem tais fraudes e garantir a ocorrência dos desvios, emprestando-lhes aparência lícita de despesas ilegítimas, é preciso conhecer e dominar o dever-ser dos procedimentos administrativos relacionados à execução orçamentária (no caso do tema, procedimentos de contratação pública de fornecedores – licitações, dispensas e inexigibilidades – e correlatos processos de pagamentos) em sua relação com as estruturas administrativas envolvidas em cada uma de suas fases, em especial o seu componente humano e respectivas competências; do outro, já na perspectiva investigatória, esse mesmo conhecimento do dever-ser procedimental em sua relação dinâmica com as complexas estruturas estatais é igualmente fundamental para se hipotetizar as possíveis formas de fraudá-lo e, portanto, para o estabelecimento das melhores estratégias de demonstrar, em extensão e profundidade, a materialidade e autoria desses esquemas complexos de corrupção. Portanto, a dimensão material liga-se ao ser, ao fenômeno como ele é, e sua compreensão passa pela compreensão de como o dinheiro se comporta/movimenta na intimidade da estrutura estatal por meio dos procedimentos de execução orçamentária. Dito de modo muito simples e figurado, a despesa pública é o dinheiro em movimento nas entranhas da burocracia estatal. E entender o processo formal e dinâmico de constituição e realização da despesa ou gasto público (o iter do seu “nascimento, desenvolvimento e morte”) é o que consideramos como sendo a pedra de toque para o êxito seja dos esquemas de desvios, seja de suas investigações. Em uma oração, “siga a despesa pública” e teremos, ao menos, pontos de partida para investigações mais seguras e potencialmente mais exitosas.

03. De que forma é constituído o dano ao erário que materializa os desvios de dinheiro público?

De modo muito simples e direto, sustentamos que a expressão monetária dos desvios pode ser dada por uma fórmula matemática que conjuga duas categorias de expedientes fraudulentos: o sobrepreço (contratação por preços manifestamente acima daqueles praticados no mercado) e superfaturamento (reunindo as infinitas possibilidades de defeitos intencionais na fase da execução contratual). Assim, **Desvio = sobrepreço + superfaturamento**. Atribuindo-se valores conforme o apurado em cada caso concreto, se terá a expressão monetária dos montantes desviados, o que se consuma com o efetivo pagamento superdimensionado por um ou ambos daqueles expedientes. A compreensão do como, quando, onde e quem constitui o desvio por meio da prática daquelas categorias de expedientes fraudulentos pressupõe, como dito, a compreensão de como, quando, onde e quem deveria constituir a despesa pública em sua expressão legítima. Neste ponto, entendemos fundamental a aquisição de outra consciência: em formato legítimo ou degenerado, os procedimentos de execução orçamentária obedecem a uma **lógica cronológica** dada pela normatividade de regência. Por exemplo, de regra, a Administração Pública não celebra e executa contratos com fornecedores antes de promover licitações, suas dispensas ou inexigibilidades; de igual modo, de regra, não se efetuam pagamentos antes da verificação de sua legitimidade (fiscalização e liquidação), fase materializada nos processos de pagamentos.

A consciência dessa lógica cronológica dos procedimentos e da relação desses procedimentos com as diversas estruturas administrativas envolvidas nos conduz às noções que denominamos de “espaço-tempo administrativo”: de seu início ao fim, os procedimentos fluem no tempo por locais (geográficos ou jurídicos, esses dados pela alocação de competências no organograma organizacional) distintos e são operados por sujeitos distintos, dotados de competências distintas, todas elas significativas para o resultado final lícito ou ilícito. Por decorrência lógica, aquela noção nos conduz a duas outras justapostas: “espaço-tempo consumativo” e “espaço-tempo investigativo”. Assim, compreendendo em quais momentos do fluxo administrativo do processo de execução orçamentária são constituídos os conteúdos econômicos da despesa pública legítima, será possível a hipotetização de como tais conteúdos foram fraudados, bem como se estabelecer pontos de partida para a identificação dos respectivos responsáveis diretos e indiretos. Em simplificada síntese, a forma de constituir os valores desviados se dá por meio de expedientes de sobrepreço e superfaturamento, sendo que cada categoria possui um “espaço-tempo consumativo” próprio: o sobrepreço na fase de contratação (em especial, na fase preliminar de seu planejamento, onde se definem preços de referência) e o superfaturamento na fase da execução contratual (onde se verificam os defeitos qualitativos e/ou quantitativos da prestação contratada). Juntos, viabilizam a consumação dos desvios por meio de pagamentos indevidos normalmente protegidos por fiscalizações de fachada.

04. De acordo com o estudo realizado, qual é o momento mais importante do macroprocesso de execução orçamentária, tendo em vista a prevenção de danos ao erário?

Destacaríamos dois, em ordem decrescente de relevância. O primeiro e mais importante, pensamos que seja o momento inicial de toda e qualquer contratação pública, o seu “coração”: o planejamento. Um planejamento bem feito, com uma precisa identificação do objeto que se pretende contratar, uma adequada fundamentação da necessidade da demanda, estimando-a corretamente em termos quantitativos e precificando-a estimadamente com base em detalhada composição de custos e pesquisa de valores praticados no mercado, favorece a efetiva concorrência, a correta execução contratual, uma ajustada prestação de contas e uma eficiente fiscalização da execução contratual, evitando ou minimizando a produção de danos, sendo o contrário igualmente verdadeiro. Em segundo lugar, pensamos que merece destaque o momento da prestação de contas e correlata fiscalização das parcelas supostamente executadas. Havendo uma fiscalização efetiva e eficiente, ainda que verificadas todas as demais categorias fraudulentas possíveis e/ou necessárias à constituição dos valores a serem desviados (práticas de restrição da concorrência em licitações, de direcionamento contratual superestimado por sobrepreço a parceiro privado previamente escolhido e de execução contratual defeituosa ou superfaturada), o dano ao erário somente se consuma com a realização do pagamento indevido, ou seja, com a efetiva transferência de recursos das contas públicas para as contas privadas. No plano ideal do dever-ser, se os pagamentos somente devem ser autorizados após uma fase de liquidação, de natureza essencialmente fiscalizatória, uma fiscalização ideal teria o potencial de evitar ou dificultar a consumação dos desvios.

05. O que é preciso fazer para potencializar as chances de êxito na repressão aos crimes de corrupção?

Pensamos que uma atuação concomitante em algumas frentes: formação/qualificação dos atores institucionais envolvidos nessa atividade de repressão, estruturação de órgãos de apoio às investigações complexas e investimento também em ações preventivas, corretivas de vulnerabilidades nas estruturas e fluxos administrativos relacionados à execução orçamentária, a fim de diminuir os espaços para as diversas fraudes possíveis.

Considerações finais

[Confira a dissertação](#)

Apenas parabenizar o CEOSP pela iniciativa de valorização de pesquisas e experiências práticas relacionadas ao enfrentamento da criminalidade organizada de colarinho branco, estimulando a construção de uma cultura institucional de combate mais eficiente a esses fenômenos, e agradecer a generosidade do espaço concedido para essas breves considerações. Por fim, compartilhar o sentimento de que toda e qualquer forma de criminalidade – aí incluída as de corrupção – possui suas lógicas e a compreensão delas (dimensão material do fenômeno ilícito) conduz ao estabelecimento de métodos investigativos (dimensão material das investigações) informados por estratégias potencializadoras de resultados exitosos (dimensão estratégica do atuar investigatório). A cultura institucional de combate mais eficiente a esses fenômenos, e agradecer a generosidade do espaço concedido para essas breves considerações. Por fim, compartilhar o sentimento de que toda e qualquer forma de criminalidade – aí incluída as de corrupção – possui suas lógicas e a compreensão delas (dimensão material do fenômeno ilícito) conduz ao estabelecimento de métodos investigativos (dimensão material das investigações) informados por estratégias potencializadoras de resultados exitosos (dimensão estratégica do atuar investigatório).

Notícias do MP

MP/BA, CNJ e CNMP



MP requer interdição das Unidades de Alimentação e Nutrição da Cadeia Pública de Salvador e da Lemos de Brito

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Andréa Ariadna, ajuizou ação civil pública contra o Estado da Bahia e a empresa LPATSA Alimentação e Terceirização de Serviços Administrativos, que presta serviços de alimentação na Cadeia Pública de Salvador. Na ação, o MP requer a interdição das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) da Cadeia Pública de Salvador e da Penitenciária Lemos de Brito em razão de irregularidades relacionadas à preparação e acondicionamento dos alimentos. Segundo a promotora de Justiça, no exercício da fiscalização dos estabelecimentos penais da capital, o MP realizou registros documentais e promoveu inspeções presenciais e remotas nas unidades prisionais, conforme previsto na Lei de Execução Penal.

“No curso das visitas presenciais realizadas pelo MP, tivemos uma atenção com a área de alimentação das unidades considerando, além da relevância dessa prestação estatal à população carcerária, as condições de aparente precariedade e deterioração da estrutura física das UAN, além da aparente sobrecarga elétrica, desgaste de equipamentos e aparelhos e a ausência de Alvará Sanitário nesses locais”, destacou a promotora de Justiça Andréa Ariadna. De acordo com relatório da Vigilância Sanitária (Visa), foram identificadas diversas irregularidades na área de produção da alimentação da Cadeia Pública, incluindo ausência de pia para pré lavagem dos alimentos; ausência de abrigo de resíduos, sendo depositado em área aberta; e revestimentos danificados em algumas paredes da área de produção. Já na Penitenciária Lemos de Brito, a Vigilância Sanitária encontrou irregularidades como infiltrações e mofo em diversos ambientes da UAN; exaustão e renovação de ar insuficiente, sendo visualizado o escoamento de gorduras nas paredes; termômetro da área do açougue danificado; além da ausência de alvará sanitário. Em razão do risco sanitário gerado pelas irregularidades, a Visa notificou as Unidades de Alimentação e Nutrição dos dois presídios.



Na ação, o MP requer ainda que, após determinada a interdição das áreas de alimentação, que a empresa de serviços de fornecimento de alimentação atuante nas unidades, realizem a preparação e acondicionamento dos alimentos de forma e em local adequado, nos termos da legislação sanitária vigente, o qual deve possuir alvará sanitário e seguir as determinações referidas no Relatório Técnico da Vigilância Sanitária. Além disso, o Estado da Bahia deve prestar informações acerca do andamento do processo de contratação de manutenção preventiva e corretiva das unidades prisionais, visando adotar soluções paliativas nas cozinhas das unidades até a construção de novas cozinhas ou reforma/adequação nas atuais.

[Saiba mais. Fonte: MPBA](#)

Tribunais se mobilizam para julgar casos de violência contra a mulher

A 20ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, ação idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), começa nesta segunda-feira (07/03) e vai mobilizar os tribunais para agilizar o andamento de processos relativos a casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Além do mutirão de julgamentos e realização de audiências, os órgãos do Judiciário realizam eventos de capacitação e sensibilização para o combate à violência de gênero.

Promovido pelo CNJ em parceria com os tribunais de Justiça, a Semana Justiça pela Paz em Casa é realizado em três edições anuais: a primeira celebra o Dia Internacional da Mulher – comemorado no dia 8 de março; a segunda lembra a sanção da Lei Maria da Penha, em agosto; e a terceira é realizada em novembro, em alusão ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). [...]

Ações locais

Além do esforço concentrado, os Tribunais de Justiça também promovem ações interdisciplinares organizadas para capacitar juízes, juízas, servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras, bem como sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam. A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Coordenadora do Comitê de Monitoramento e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar [contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Tocantins \(TJTO\) promoveu reunião com 40 magistrados e magistradas](#) que atuam na área para disseminar a cultura do esforço concentrado durante a Semana Justiça pela Paz em Casa. [...]

Justiça pela Paz em Casa

Iniciada em março de 2015, a Semana Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. Em 2022, as semanas ocorrerão de 7 a 11 de março, de 15 a 19 de agosto e de 21 a 25 de novembro.

As atividades são realizadas pelas coordenadorias da Mulher, conforme definido pela [Resolução CNJ 254/2018](#), que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A norma define diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, garantindo a adequada solução de conflitos que envolvam mulheres em situação de violência física, psicológica, moral, patrimonial e institucional, nos termos da legislação nacional vigente e das normas internacionais sobre direitos humanos sobre a matéria.



[Leia na íntegra. Notícia adaptada.](#)
[Fonte: CNJ](#)

Conselhos da comunidade: relatório evidencia desafios para atuação na execução penal

Previstos há quase 40 anos na legislação do país, os Conselhos da Comunidade – instâncias de participação e controle social na execução penal que deveriam existir em todas as comarcas – ainda enfrentam desafios de implantação e funcionamento. Segundo levantamento inédito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizado com 400 conselhos de 26 unidades da federação, 40% indicaram que as atividades precisaram ser interrompidas em algum momento, quase 20% não dispõem de recursos financeiros e 65% não dispõem de funcionários contratados. Além disso, apenas 31% realizam visitas mensais aos espaços de privação de liberdade, uma das atribuições previstas em lei.

O estudo foi produzido dentre as ações de fortalecimento da participação e do controle social no campo da privação de liberdade do [programa Fazendo Justiça](#) e prevê ainda apoio para discussão de normativa e de manual para otimizar a atuação dos conselhos. O programa é uma parceria em andamento desde 2019 entre CNJ e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para superação de desafios estruturais no campo da privação de liberdade.

[Leia a publicação completa](#)

[...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Segundo o juiz coordenador do DMF/CNJ, Luís Lanfredi, a participação e controle social na execução penal é um tema a ser melhor explorado. “Trata-se de um ponto central para o enfrentamento das consequências do encarceramento e para construção de políticas destinadas à garantia de direitos e à efetiva inclusão social das pessoas egressas do sistema.”

Desafios

Embora instituídos pela Lei de Execução Penal em 1984, é a partir do fim da década de 1990 que os Conselhos passam a ser implementados em maior número, ganhando força a partir dos anos 2000 – segundo a lei, a criação e a regulamentação do funcionamento dos Conselhos da Comunidade compete ao juízo da execução. Para o vice-presidente do Conselho da Comunidade de Aparecida de Goiânia (GO), José Geraldo Magalhães, há ainda um estigma muito grande nos assuntos que envolvem a execução penal. “Isso faz com que a implementação dos projetos esteja submetida à subjetividade da pessoa na gestão em determinado momento. Não há continuidade de políticas,”

Segundo a pesquisa, as penas pecuniárias – valores pagos após sentenças condenatórias – são a fonte de renda de 90% dos Conselhos. “Ter destinação de recursos garantida por meio de instrução normativa foi fundamental para o sucesso da atuação dos Conselhos aqui no Paraná”, conta a presidente da Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (Feccompar), Maria Helena Orreda.



Webnário debate ‘Desafios e proposições para cadeia de custódia’



O Ministério Público estadual promoveu nesta quinta-feira (17/03) o webnário sobre o tema ‘Desafios e proposições para cadeia de custódia’. O evento ocorreu de forma presencial no Centro de Excelência em Fruticultura, em Juazeiro, e também teve transmissão online. “Esse encontro surgiu a partir de reuniões promovidas pelo Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) junto com representantes das Polícias Civil e Militar. Daí surgiu a ideia de realizar esse encontro para debater os gargalos para verdadeira implementação da cadeia de custódia no nosso estado”, destacou o promotor de Justiça Raimundo Moinhos, coordenador do Cisp.



Ele dividiu a mesa de abertura com os promotores de Justiça Luis Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp); Joseane Mendes; Áviner Rocha Santos, gerente do Cisp; Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); além do Cel PM Walter Santos de Araújo, comandante do Comando de Policiamento da Região Norte (CPRN) Juazeiro; Lígia Nunes de Sá, coordenadora da Polícia Civil em Juazeiro; e Izaias Aderval da Silva Souza coordenador do Departamento de Polícia Técnica em Juazeiro. [...]

[Leia mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)

Comissão do Sistema Prisional e Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública tratam de trabalhos institucionais em reunião

Nessa quarta-feira, 16 de março, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), representada por seu presidente, o conselheiro Jaime de Cassio Miranda, realizou encontro interinstitucional com o ouvidor-geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e presidente do Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública (FNOSP), Felipe Uchoa, e com ouvidor das Polícias no Estado da Paraíba, Mário Gomes de Araújo. Na ocasião, foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pelas ouvidorias de polícia nos Estados e no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). [...]

FNOSP

O FNOSP foi instituído no MJSP pelo Decreto nº 9.866/2019 e é presidido pelo ouvidor-geral. O colegiado é composto por onze membros e conta com representantes das ouvidorias das polícias vinculadas à União, aos Estados, além das guardas municipais e outros órgãos com atuação em matéria de segurança pública, defesa civil e transporte.

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNMP](#)



Operação Istambul: Policial investigado por crime de tortura é preso em Juazeiro

Um investigador da Polícia Civil foi preso na manhã de hoje, dia 21 de março, em Juazeiro, durante a “Operação Istambul”, realizada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp) e do Grupo de Apoio Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). O policial foi preso e afastado das suas funções, de forma preventiva, pois é investigado pelo crime de tortura cometido contra um idoso, na cidade de Remanso, durante uma prisão em flagrante, que depois foi relaxada pelo juiz pela ilegalidade. O agente também foi alvo de busca e apreensão pessoal, com base em decisão da Vara Criminal de Remanso.

O caso de tortura contra o idoso de 74 anos chegou ao MP pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH). Detido com substâncias entorpecentes, no dia 22 de janeiro, o idoso precisou ser internado por conta das lesões sofridas numa unidade básica de saúde de Remanso. Diante da gravidade dos fatos, o MP colheu depoimentos de todos os profissionais que tiveram contato com o idoso, tanto da área de segurança pública, quanto de saúde, além de seus familiares. As oitivas realizadas pelo MP e demais elementos evidenciam, neste momento de apuração criminal, que o idoso foi vítima do crime tortura cometido pelo policial civil.

A operação contou com o apoio operacional da Corregedoria da Polícia Civil (Correpol), da Coordenação de Operações Especiais (COE) e da Coordenação de Apoio Técnico à Investigação (Cati). Não serão concedidas entrevistas, em respeito à Lei de Abuso de Autoridade.

[Saiba mais. Fonte: MPBA](#)

CNMP acompanha apresentação de relatório final do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que trata do Estatuto das Vítimas



Nessa quarta-feira, 22 de março, integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) acompanharam, em Brasília, a 7ª Reunião Deliberativa Extraordinária do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados destinada a debater, aperfeiçoar e avançar no andamento do Projeto de Lei nº 3890/2020, que institui o Estatuto da Vítima.

O membro auxiliar da Presidência do CNMP Marcelo Weitzel representou o procurador-geral da República e presidente do Conselho, Augusto Aras. Também estiveram presentes a membra auxiliar da Secretaria-Geral Juliana Félix e a estagiária Mariana Vilas Boas.

Na ocasião, o autor do projeto de lei, deputado Rui Falcão, pediu vista, após o relator, deputado Gilberto Nascimento, apresentar substitutivo ao relatório, que está na nona edição.

A votação do relatório está prevista para a próxima terça-feira, dia 29, às 14h30, quando o grupo de trabalho irá se reunir novamente.

[Assista a reunião na íntegra](#)
[Veja aqui documentos e informações gerais sobre o Grupo de Trabalho Estatuto das Vítimas.](#)

[Saiba mais. Fonte: CNMP](#)

Serviços de Atendimento às Pessoas Custodiadas são destaque em evento internacional

Presentes em 23 capitais e também no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), os Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apecs) foram apresentados em painel internacional com a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na última sexta-feira (18/03). O serviço fomentado pelo CNJ desde 2019 – e que funciona no contexto das audiências de custódia – foi detalhado no evento “A proteção social logo após a detenção: experiências no Brasil e no México”. O painel é um evento satélite da reunião anual da Comissão de Narcóticos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), realizada na sede em Viena.

O painel foi proposto a partir das ações desenvolvidas pelo CNJ no campo de qualificação e fortalecimento das audiências de custódia com o apoio do [programa Fazendo Justiça](#). O programa é desenvolvido e executado em parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e atua em 28 ações simultâneas no campo da privação de liberdade, com importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública. As ações sobre audiências de custódia são executadas com o apoio do UNODC. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)



Experiência mexicana

O painel trouxe ainda relatos de duas experiências mexicanas. O juiz Pablo Héctor Gonzales Vilalobos, do Tribunal Superior de Justiça no estado de Chihuahua, comentou sobre a implementação de um projeto de atenção as pessoas detidas nos chamados *Tribunales de Tratamiento de Adicciones* (tribunais de tratamento de vício, em português), para onde são encaminhados casos em que há relação com o uso abusivo de drogas, com possibilidade de tratamento e não apenas ações punitivas. [...]

Assim como no Brasil, a superlotação das prisões também é uma questão de preocupação no México, e as medidas cautelares vem sendo incentivadas para a solução desse problema. O monitoramento das unidades de medidas cautelares mexicanas foi o tema apresentado por Javier Carrasco Soll, do Projeto Presunção de Inocência, em sua intervenção. “A prisão preventiva, que deveria ser a última opção, é a principal medida cautelar, adotada em 46% das audiências”, afirma. O principal motivo de detenção no México é o roubo, seguido de tráfico ou porte de pequenas quantidades de drogas.

Uma questão que tem chamado atenção da organização Presunção de Inocência, é o crescimento do número de prisões no México desde 2019. Segundo Soll, isso aconteceu por conta de uma mudança na legislação que ampliou os tipos de crimes que são sujeitos a prisão preventiva de forma automática.

Coordenadora de proteção social no âmbito das audiências de custódia do programa Fazendo Justiça e segunda mediadora do debate, Nara de Araújo, do UNODC Brasil, disse que a equipe chegou a experiências mexicanas ao buscar exemplos parecidos com as audiências de custódia no Brasil. “Os exemplos do México mostram que sem articulação e um funcionamento eficiente da rede proteção social, problemas como o atendimento de pessoas com histórico de uso de drogas não encontram boas soluções.”



Integridade da Justiça é pilar do combate à corrupção, afirma professor de Harvard

A integridade da Justiça é um pilar do combate à corrupção, afirmou nesta terça-feira (22/03) o professor da Faculdade de Direito de Harvard (EUA) [Matthew C. Stephenson, durante o Seminário – Sistemas de Integridade e Poder Judiciário, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\). De acordo com o especialista, priorizar o combate à corrupção é essencial para uma abordagem adequada do Estado aos crimes que “comprometem o desenvolvimento social, a economia, os serviços públicos, além fortalecer o crime organizado e fragilizar a legitimidade do governo e da democracia”, diante da contingência de recursos finitos.](#)

Stephenson considera as instituições que compõem um conceito ampliado de Sistema de Justiça como o setor mais importante para a “guerra à corrupção”, independentemente do país em questão. “Eu diria que, em geral, quando um país sofre com corrupção generalizada, o setor a ser priorizado é o Sistema de Justiça. Digo isso porque as medidas que deveríamos tomar para enfrentar a corrupção em virtualmente qualquer outro setor presumem a existência de um sistema limpo e efetivo. Se as polícias, o Ministério Público ou os tribunais estão corrompidos, capturados ou comprometidos, as elites políticas e econômicas corruptas, assim como gangues criminais, conseguem operar com uma impunidade de fato, uma vez que não precisam se preocupar com a possibilidade de serem responsabilizados juridicamente.” [...]

CNJ acompanha medidas para enfrentamento da crise no sistema penitenciário baiano

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai acompanhar as ações do grupo de trabalho interinstitucional formado por autoridades do Sistema de Justiça e do Poder Executivo da Bahia para enfrentar a situação crítica do sistema prisional no estado. Em fevereiro, uma rebelião no interior da Penitenciária Lemos Brito deixou seis mortos e 16 feridos. Para o supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, conselheiro do CNJ Mauro Martins, que visitou o presídio na segunda-feira (21/03), as violações de direitos no interior do sistema prisional podem ter contribuído para o estopim da violência.

“Constatamos as péssimas situações estruturais do estabelecimento, a falta de material básico, de pessoal vigilância e de assistências e outras carências que nos preocuparam muito. Há medidas que precisam ser tomadas de maneira emergencial. É indigno manter um preso sem acesso à água ou ao banho de sol, por exemplo. Essas situações têm de ser resolvidas até mesmo para reduzir a sensação de insatisfação generalizada que acaba redundando em rebelião, evidentemente”, afirma Mauro Martins.[...]

O conselheiro Mauro Martins ressaltou que há medidas emergenciais que precisam ser tomadas de imediato, como o restabelecimento do banho de sol e a necessidade de se recompor as visitas das Defensorias Públicas. A secretaria estadual se comprometeu a apresentar plano de remoção [imediate dos detentos da Penitenciária Lemos Brito ao Tribunal de Justiça da Bahia \(TJBA\)](#). “São importantes essas medidas para o restabelecimento da normalidade da situação. O TJBA está retomando seus trabalhos presenciais e é importante que a Defensoria também esteja mais presente na realidade dos presídios baianos.”



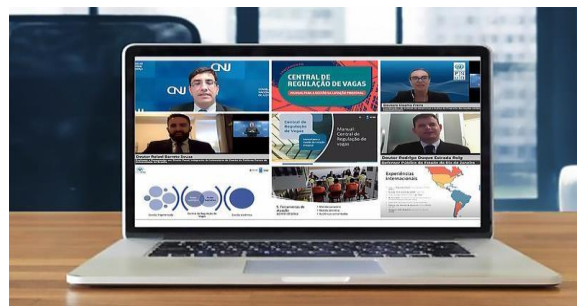
Central de Regulação de Vagas: CNJ lança ferramentas permanentes contra superlotação carcerária

A Central de Regulação de Vagas, metodologia com 11 ferramentas para apoiar o Poder Judiciário a equilibrar a superlotação carcerária de forma permanente, foi lançada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na [quinta-feira \(24/03\)](#). O evento on-line apresentou a publicação “Central de Regulação de Vagas: Manual para a Gestão de Lotação Prisional”, reunindo normativas e melhores práticas nacionais e internacionais.

[Central de Regulação de Vagas: Manual para a Gestão de Lotação Prisional](#)

A metodologia foi desenvolvida com apoio técnico do Fazendo Justiça, programa executado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública. “A Central de Regulação de Vagas é um marco na atuação do CNJ, em que buscamos formas de superar o quadro de Estado Coisas Inconstitucional que caracteriza o nosso sistema prisional”, definiu o juiz auxiliar da Presidência do CNJ com atuação no Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Fernando Pessoa da Silveira Mello. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)



CNJ e Condege dialogam sobre melhorias no Sistema Eletrônico de Execução Unificado

[A qualificação contínua do Sistema Eletrônico de Execução Unificado \(SEEU\), ferramenta do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\) que integra os processos de execução penal do país em tempo real, foi pauta de reunião recente entre o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas \(DMF\) do CNJ e o Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais \(Condege\). Na ocasião, foram discutidas propostas com potencial de auxiliar os defensores e as defensoras no controle de prazos processuais e a possibilidade de uma formação conjunta, com foco na capacitação de prática para o uso da ferramenta. \[...\]](#)



O SEEU se tornou política judiciária nacional em 2016, ao ser escolhido como ferramenta [única para tramitação de processos de execução penal no país por meio da Resolução CNJ n. 223/2016](#). A evolução e expansão do sistema é uma das ações trabalhadas no [programa Fazendo Justiça](#), executado pelo CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública para superar desafios no campo da privação de liberdade. O Condege é um dos 20 apoiadores do programa, com diálogo em diferentes ações dentre as 28 trabalhadas em fases distintas do ciclo penal e do ciclo socioeducativo.

Atualmente, o SEEU está em operação em 34 tribunais e tem quase 1,4 milhão de processos em tramitação – há tratativas para integração com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e os procedimentos de implantação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) já foram iniciados. Além de melhoria em infraestrutura e suporte aos tribunais, atualizações recentes permitiram adequação à Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), integrações com o Diário da Justiça Eletrônico e com a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), acompanhamento de perfil biométrico, entre outros. Em breve, atualizações irão disponibilizar o módulo de alternativas penais e integração com o Sisdepen, entre outras funcionalidades.

[Conheça as ações para melhoria e expansão do SEEU](#)

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Artigo expõe proposta para Estado brasileiro institucionalizar combate à tortura



Em artigo na Revista Eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o promotor de Justiça do Ministério Público do Amazonas (MP-AM) João Gaspar Rodrigues defende proposta de institucionalização do combate à tortura pelo Estado brasileiro. Rodrigues, mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, justifica a necessidade de um programa de prevenção e repressão à tortura diante da ausência de uma política pública que atue nesse sentido de modo sistemático e [permanente. O texto foi publicado no Volume 2 da 5ª edição da Revista Eletrônica do CNJ.](#)

Rodrigues elenca os requisitos de um mecanismo que modificaria o tratamento da prática da tortura pelo poder público, com a efetividade prevista em uma variedade de normativos antitortura, tanto no ordenamento jurídico nacional quanto nos tratados internacionais de direitos humanos aos quais o Brasil aderiu. Para isso, faz um diagnóstico e uma análise crítica da atual estrutura do Estado brasileiro para prevenir e combater os casos de tortura, que inclui desde o Sistema Nacional de Prevenção e de Combate à Tortura até as audiências de custódia, criadas pelo CNJ em 2015. O autor também ilustra sua proposta com os pilares da experiência do MP-AM na prevenção e combate à tortura, do ponto de vista operacional. [...]

[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: CNJ](#)

Livro sobre o impacto das medidas protetivas ganha prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral

A voz das mulheres protegidas pelas medidas protetivas oferecidas pela Justiça ganhou mais força com a premiação do livro “Rupturas e Recomeços – Percepções de Mulheres sobre medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha na cidade de São Gabriel – Bahia”, escrito pela advogada Leonellea Pereira. A publicação foi a [vencedora da categoria “Produção Acadêmica” do Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\). Lançada em 2021,](#) a premiação tem como objetivo dar visibilidade a ações de prevenção e enfrentamento ao fenômeno da violência doméstica e familiar contra mulheres e meninas.

A obra é resultado de pesquisa acadêmica da advogada sobre processos que envolvem situações de violência doméstica e familiar, especialmente no que diz respeito à concessão das medidas protetivas de urgência previstas na Lei n. 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. O livro fala sobre os efeitos práticos das medidas e busca entender as dinâmicas em torno desta decisão judicial. A análise foi possível graças a realização de entrevistas semiestruturadas aliado a um breve exercício cartográfico na pesquisa de campo. Além disso, de acordo com a autora, foi realizada uma coleta de informações dos registros dos processos e inquéritos policiais iniciados entre 2006 e 2016, que foram cruzados com os dados da pesquisa do CNJ sobre a aplicação da Lei Maria da Penha.

[Leia na íntegra.](#)
[Notícia adaptada.](#)
[Fonte: CNJ](#)



Operação Panaceia: Justiça acata denúncia contra 11 acusados por lavagem de dinheiro

A Justiça acatou nesta quarta-feira (06/04) a denúncia oferecida pelo Ministério Público estadual contra 11 acusados na Operação Panaceia por cometer crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, associação criminosa e falsidade ideológica. A operação deflagrada pelo MP, Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), Polícia Civil e Receita Federal desarticulou grupo investigado por sonegar mais de R\$ 39 milhões, por meio da criação de empresas em nome de 'laranjas'.

Deflagrada em junho de 2021, a operação apreendeu computadores, pendrives, celulares e documentos. Conforme informações da Força-Tarefa, o esquema de sonegação, que também envolveria lavagem de dinheiro, existia há pelo menos 12 anos, iniciando com a empresa Millenium Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda. A 'Operação Panaceia' é parte das ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que reúne, além do MP, da Sefaz e da SSP, a Secretaria Estadual de Administração, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e a Procuradoria Geral do Estado. Além de operações especiais, as estratégias do Cira para a recuperação dos créditos sonegados envolvem a realização de oitivas com contribuintes e ajuizamento de ações penais. O Comitê possui sedes em Barreiras, Feira de Santana e Vitória da Conquista, além do escritório central em Salvador.



Comissão do Sistema Prisional realiza visita ao Departamento Penitenciário Nacional

O presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Jaime de Cassio Miranda, visitou, na sexta-feira, 1º de abril, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Tratou-se de uma visita de cortesia do conselheiro, que assumiu, recentemente, a presidência da CSP, que exerce atividades relacionadas ao trabalho do Depen.

Acompanhado dos membros auxiliares Paula Matos e Alexandre Reis, o presidente da CSP foi recebido pela diretora-geral do Depen, Tânia Fogaça; pelo diretor do Sistema Penitenciário Nacional (DISPF), José Renato Vaz; pelo diretor de Inteligência Penitenciária (DIPEN), Josélio Azevedo; e pela ouvidora nacional dos Serviços Penais (ONSP), Cíntia Rangel.

Durante a visita, o conselheiro Jaime Miranda afirmou que a reunião foi muito produtiva, considerando que os objetivos do DEPEN e da CSP são convergentes, e que a proposta da Comissão é trabalhar para unir os esforços dos diversos órgãos que atuam na segurança pública e das unidades e ramos do Ministério Público brasileiro.

Nesse mesmo sentido, a diretora-geral do Depen, Tânia Fogaça, falou sobre a necessidade da atuação conjunta dos órgãos acerca dos desafios no sistema prisional brasileiro. "Os desafios do sistema prisional brasileiro devem ser enfrentados por todos os órgãos de execução penal. O Depen vem fomentando a atuação em rede, por meio da construção de parcerias, para que cada instituição possa exaurir sua capacidade de modificar a realidade prisional. O Ministério da Justiça e Segurança Pública vem atuando com estratégia e método, abordando todas as áreas de atuação estabelecidas pela Lei de Execução Penal. O Ministério Público é um dos principais parceiros do Depen nessa jornada", ressaltou.

Reunião entre MP e Polícia Civil discute temas de segurança pública

O Ministério Público estadual discutiu no dia 19 de abril, questões relacionadas às áreas de segurança pública e criminal em reunião com a delegada-geral da Polícia Civil Heloísa Brito. Na ocasião, foram abordados temas como o fluxo de encaminhamentos de inquéritos policiais com prazo vencido ao MP, dificuldades estruturais das delegacias de polícia no interior e na capital, número reduzido de policiais para demanda existente, cadeia de custódia e depósito inadequado de bens apreendidos.



Participaram da reunião os coordenadores do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social do MP (Ceosp), promotor de Justiça Luís Alberto Pereira; do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), promotor de Justiça André Lavigne; e a coordenadora da Central de Inquérito, promotora de Justiça Viviane Chiachio.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MBPA](#)

Reunião com PGJ e secretário de Segurança Pública aborda combate à criminalidade no estado

A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, o secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Ricardo Mandarino, e a delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito, debateram nesta quinta-feira, dia 28/04, assuntos de segurança pública e ações de combate à criminalidade no estado. Na reunião, foram abordados temas como a instalação de câmeras corporais (bodycams) nos uniformes dos policiais militares, custódia de presos provisórios em Delegacias de Polícia, questões relacionadas a mortes decorrentes de confronto policial, entre outros pontos quanto ao aprimoramento das políticas e ações de segurança pública. [...]

MP discute medidas de segurança pública com comando-geral da Polícia Militar

O Ministério Público estadual discutiu na manhã desta quarta-feira, dia 27/04, questões relacionadas às áreas de segurança pública e criminal em reunião com o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Paulo Coutinho. Na ocasião, foram abordados temas como melhoria do fluxo das intimações judiciais de PMs como testemunhas nos processos criminais; alinhamento das ações institucionais para o enfrentamento da criminalidade no estado e aprimoramento de medidas para controle externo da atividade policial. [...]



[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: MPBA](#)



[Saiba mais. Notícia Adaptada. Fonte: MPBA](#)

Webinário aborda reconhecimento de pessoas como meio de prova penal

Experiência exitosa desenvolvida em Feira de Santana foi apresentada durante

As implicações e especificidades do reconhecimento de pessoas como meio de prova no processo penal brasileiro e o compartilhamento da experiência do Ministério Público em parceria com a Polícia Civil e Poder Judiciário no Município de Feira de Santana foram tema de discussão no webinário que aconteceu na tarde desta segunda-feira (3). “Reafirmamos o compromisso com a verdade e a obediência ao princípio da presunção de inocência. Estamos num momento de mudanças e essa integração do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) nos traz expectativas para replicarmos essas boas práticas em toda a Bahia”, destacou o promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceosp). Ele dividiu a mesa de abertura com os promotores de Justiça Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf); e Áviner Rocha Santos, gerente do projeto Cisp.



Segundo o advogado Antônio Vieira, que dividiu a mesa de debate ‘Reconhecimento de pessoas’ com o promotor de Justiça Saulo Murilo Mattos, “a ciência vem nos dizendo há algum tempo que o reconhecimento traz um inerente risco de produção de falsos resultados, incluindo os chamados ‘falsos positivos’, em que um inocente é reconhecido como sendo o autor de um delito”. Ele falou também sobre a importância de se apresentar à vítima ou testemunha de um crime um número maior de suspeitos que tenham características físicas semelhantes com o autor do crime. “É fundamental que os não-suspeitos estejam em alinhamento com o suspeito do crime”, destacou.

Durante o evento, também foi discutida a importância de se ler algumas instruções antes do reconhecimento, que incluem a necessidade de falar à vítima ou testemunha do crime que no grupo de fotos ou pessoas que serão apresentadas pode ou não haver a pessoa que cometeu o crime e que as investigações continuarão independente de ter sido apontado ou não o autor do crime. O promotor de Justiça Saulo Mattos destacou que o reconhecimento de pessoas deve ser corroborado com outros elementos de prova para se evitar o “erro processual evidente”, que acaba condenando possíveis inocentes. “Não podemos entregar decisões relevantes a um meio de prova que é dependente da memória. Precisamos ter compreensão do que uma persecução penal mal feita causa na vida dessas pessoas”, ressaltou.

Na mesa ‘Experiência exitosa do Cisp Feira de Santana’, a promotora de Justiça Monia Lopes Ghignone e o coordenador de Polícia de Feira de Santana, Roberto da Silva Leal, apresentaram algumas práticas adotadas em Feira de Santana pelo MP em parceria com o Poder Judiciário e a Polícia Civil para se evitar erros no sistema probatório do reconhecimento de pessoas. “Percebemos que era necessária uma mudança de comportamentos e rotinas administrativas. Daí firmamos protocolos de atuação que incluíam, por exemplo, a observação de detalhes que dessem mais qualidade ao depoimento da vítima ou testemunha de um crime e ao ato de reconhecimento”, explicou Ghignone. Dentre as práticas apresentadas pela promotora de Justiça estavam a obrigatoriedade de apresentação de ao menos quatro pessoas com as mesmas características físicas e vestimentas e a criação de um banco de dados com cerca de duas mil fotografias. “Além disso, as vítimas e testemunhas são sempre orientadas que entre as pessoas apresentadas não necessariamente consta o autor do crime”, explicou Monia Lopes.

Ações de força-tarefa do Cira recuperaram mais de R\$ 24 milhões aos cofres estaduais apenas este ano

Os integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) participaram na manhã de hoje, dia 5, de uma reunião na sede do Tribunal do Justiça da Bahia (TJBA), onde foram apresentadas as ações e planejamento operacional para 2022. O encontro foi aberto pelo presidente do TJ, Nilson Castelo Branco, que dividiu a mesa com a procuradora-geral Adjunta para Assuntos Jurídicos do MP, Wanda Walbiraci; o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório, presidente do Cira; os desembargadores Livaldo Reaiche Britto, Maria de Lourdes Medauar e Geder Luiz Rocha Gomes; além do secretário de Segurança Pública, Ricardo César Mandarinho Barreto; o procurador Geral do Estado (PGE), Paulo Moreno Carvalho; e o secretário-geral do Cira, promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos

O promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant'Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf), apresentou as principais ações realizadas pela força-tarefa que resultaram na recuperação ao fisco estadual de mais de R\$ 24 milhões em 2022. O promotor apresentou o histórico de ativos recuperados de 2018 a 2022, num total de R\$ 123,9 milhões. O promotor salientou que esses valores recuperados correspondem a créditos tributários que provavelmente não seriam recuperados pela execução fiscal. "Muitas dessas empresas estavam em nomes de laranjas ou já baixadas perante a Secretaria da Fazenda e, portanto, não tinham bens penhoráveis", afirmou.

Outro ponto destacado foi a recuperação indireta. "Essa é constituída por valores parcelados voluntariamente pelo contribuinte, além dos que são pagos em dia, a título de ICMS, quando os contribuintes percebem que há uma efetiva atuação da força-tarefa no sentido de combater a sonegação. A partir do momento em que se instala no setor produtivo a percepção de que eventual sonegação fiscal será, sim, objeto de persecução penal, o contribuinte tende a se ajustar às normas tributárias vigentes. É o que nós chamamos de incremento do risco subjetivo da sonegação", salientou.

O Cira é composto pelo Ministério Público estadual, Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Procuradoria Geral do Estado (PGE).



Notícias Externas

GOV BR, DEPEN e SSP



Depen lança o Dossiê: Políticas Penais no Brasil

Brasília, 08/03/2022 - O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) lança o dossiê “Políticas Penais no Brasil” - edição organizada pela Revista Brasileira de Execução Penal.

A nova edição da Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) apresenta ao leitor, distintas reflexões teóricas e técnicas de operadores do sistema penitenciário a respeito das ações do Estado empreendidas no processo de institucionalização, gestão, participação social na execução penal, e para a execução de políticas públicas para o sistema prisional.

A publicação “Políticas penais no Brasil” reúne conhecimentos e análises elaboradas por pesquisadores e operadores do sistema penitenciário, ou seja, aqueles que no campo acadêmico procuram estabelecer simbiose entre a atuação profissional e os estudos na área de execução penal.

A edição está organizada nas seções: artigos, relatos de experiências, artigos em fluxo contínuo, entrevistas e documentos/ notas técnicas. Repercutindo sobre o quanto a execução de políticas penais impacta na redução de conflitos penitenciários, em especial, ao demonstrar os esforços em disponibilizar assistências aos presos, mediante políticas que incentivam a oferta de educação, trabalho e saúde nas unidades prisionais.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: Governo Federal](#)



PRF vai realizar cinco grandes ações de combate a organizações criminosas neste ano

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) anunciou que vai realizar cinco grandes operações neste ano em todas as regiões do país. O anúncio foi realizado na manhã desta terça-feira (22/03), na sede da Polícia Rodoviária Federal, em Brasília. Além das operações, a instituição apresentou os novos sistemas que vão aprimorar o trabalho dos policiais e a implementação de colégios cívicos em todo o Brasil.

Entre as operações anunciadas está a Égide II, que vai combater as organizações criminosas nas rotas que conectam o Rio de Janeiro aos outros estados. Essa operação já foi realizada no ano passado. “A Égide II avança para todas as fronteiras do Brasil. Em virtude dessa operação, os criminosos mudaram as rotas, já mapeadas pela nossa inteligência.

E, agora, a gente inclui também essas rotas na operação Égide, fazendo um grande cinturão no estado do Rio. Primeiro nos corredores, depois nas divisas com todos os seus estados vizinhos e, depois, o último cinturão, na área metropolitana”, detalhou o diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques. [...]

Nos últimos três anos, a PRF fez a recuperação de R\$ 23,1 bilhões em apreensões relacionadas ao crime organizado em estradas federais de todo país. De acordo com a instituição, nesse período, mais de 1.800 toneladas de drogas foram apreendidas e cerca de 130 mil pessoas foram presas por agentes da PRF e encaminhadas à Polícia Federal e às polícias estaduais.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: Governo Federal](#)

Plano de combate à violência contra a mulher fará parte da Política de Segurança Pública

O Plenário aprovou a inclusão do Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. A relatora, Mara Gabrielli (PSDB-SP), afirmou que o projeto reforça a necessidade de políticas de proteção às mulheres. Já a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), destacou que a proposta atrela ao plano de segurança pública o combate à violência contra a mulher. O projeto segue para a sanção presidencial.

[Saiba mais. Fonte: Senado Federal](#)

PJBA recebe visita do CNJ para tratar sobre soluções para a crise no sistema prisional baiano

O Poder Judiciário da Bahia (PJBA) recebeu a visita institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na segunda-feira (21/03), a fim de tratar das possíveis soluções voltadas à crise constatada no sistema prisional baiano, que gerou rebelião e mortes na Penitenciária Lemos de Brito (PLB), no mês de fevereiro. O PJBA, em parceria com o CNJ, criou um grupo de trabalho para tentar uma solução emergencial referente a essa questão e manteve funcionando outros serviços que são essenciais à execução da pena, como a Central de Monitoração Eletrônica de Pessoas, a Central Integrada de Alternativas Penais e o Escritório Social.

Participaram do encontro o Presidente do Judiciário baiano, Desembargador Nilson Castelo Branco; o Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário da Bahia (GMF-BA), Desembargador Pedro Guerra; o Coordenador do GMF-BA, Juiz Antônio Faiçal; e a Assessora Especial da Presidência para Assuntos Especiais (AEP II), Juíza Rita Ramos. Pelo CNJ, estiveram presentes o Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), Conselheiro Mauro Martins, e o Juiz Coordenador do DMF/CNJ, Luís Geraldo Lanfredi. [...]

[Leia completa. Notícia adaptada. Fonte: TJBA](#)



“A visita do CNJ foi muito produtiva. O Conselho se propôs a ajudar para acharmos uma solução viável e rápida para os problemas e o objetivo foi atingido. Os resultados das reuniões nos trouxeram esperanças. Espero que o sistema e os serviços continuem funcionando, com respeito aos direitos humanos e à ressocialização”, avaliou o Juiz Antônio Faiçal.

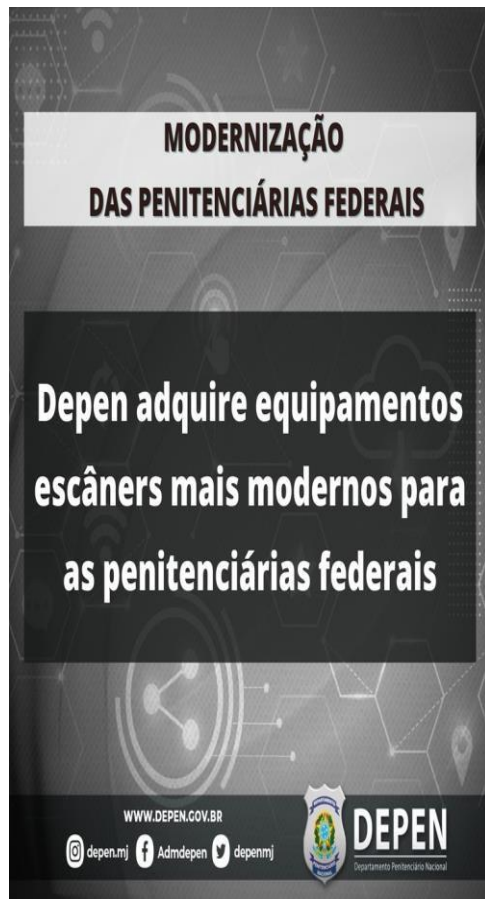
O Conselheiro Mauro Martins fez um balanço positivo do encontro e destacou o bom andamento das ações na Bahia e o posicionamento do CNJ em auxiliar os tribunais. O Conselheiro que, na oportunidade, conheceu as instalações da Universidade Corporativa (Unicorp) do PJBA, também falou sobre o retorno presencial das atividades no Tribunal baiano e a evolução no cenário virtual que a pandemia proporcionou ao judiciário.

Depen adquire equipamentos escâneres mais modernos para as penitenciárias federais

Brasília, 24/03/2022 - Para modernização das penitenciárias federais, o Depen adquiriu escâneres de Inspeção de bagagens por raios-x que geram imagens de visão dupla, proporcionando uma melhor visão dos objetos analisados por Policiais Penais Federais, ampliando a segurança das unidades prisionais. O investimento foi de R\$ 1.284.441,00, Os modernos equipamentos contam com a tecnologia “dual view”, ou seja, visualização dupla exibidas em um monitor.

Objetos escondidos em áreas sobrepostas são mais facilmente encontrados e localizados. Destacam-se dos demais no mercado com um design mais moderno e ergonômico para uma triagem radiográfica eficiente e profissional. Esse tipo de equipamento é utilizado nos mais modernos aeroportos, estações ferroviárias, alfândegas, portos e estádios, entre outros.

[Saiba mais. Notícia adaptada. Fonte: Governo Federal](#)



[Leia na íntegra. Notícia adaptada. Fonte: Senado Federal](#)

Senado aprova inclusão do ensino de cidadania e de combate à corrupção no currículo escolar

A Comissão de Educação (CE) aprovou o [PL 3.465/2019](#) que inclui no currículo da educação básica o ensino obrigatório de temas de cidadania e combate à corrupção. O autor, senador Flávio Arns (Rede-PR), defende que os conceitos, quando trabalhados desde a infância, acabam sendo incorporados à vida dos cidadãos. A matéria segue para análise da Câmara dos Deputados.

[Veja mais. Fonte: Senado Federal](#)

Redução de homicídios pode gerar falsa sensação de segurança, dizem especialistas

A epidemia de assassinatos no Brasil vem perdendo força. No ano passado, o país registrou 41 mil mortes violentas, cifra 7% mais baixa que a de 2020 (quando houve 44 mil homicídios) e 30% inferior à de 2017 (quando se contabilizou o recorde de 59 mil homicídios).

Recém-divulgados, os números são do Monitor da Violência, um levantamento feito pelo site de notícias G1, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) a partir de dados oficiais de todos os estados. [...]

Logo após a divulgação do Monitor da Violência, o presidente Jair Bolsonaro atribuiu a diminuição dos assassinatos aos seus decretos que facilitaram o acesso da população civil às armas de fogo. Apenas no grupo dos caçadores, atiradores e colecionadores, o total de armas registradas saltou de 255 mil em 2018 (antes do governo Bolsonaro) para 1,1 milhão em 2021. [...] Especialistas em segurança pública, porém, dizem que a interpretação do presidente da República é falaciosa. De acordo com eles, o fato de os dois fenômenos (a disseminação das armas de fogo e a diminuição dos assassinatos) ocorrerem ao mesmo tempo não significa que um é necessariamente a causa do outro. [...]

Primeiro trimestre tem queda de 12,6% nas mortes violentas

Homicídio, latrocínio e lesão dolosa seguida de morte tiveram redução na capital e no interior do estado



Saibamais. Fonte: Bahia.ba

Os Crimes Violentos Letais e Intencionais – homicídio, latrocínio e lesão dolosa seguida de morte – caíram 12,6%, em todo o estado, no primeiro trimestre de 2022, quando comparado ao mesmo período de 2021. Entre 1 de janeiro e 31 de março deste ano, 184 vidas foram preservadas, saindo de 1.461 para 1.277 crimes contra a vida.

Em Salvador foi contabilizada uma redução de 16,7% no número de mortes violentas. Foram computadas 365 no ano passado contra 304 em 2022, menos 61 ocorrências. Nas cidades do interior do estado houve uma redução de 14%.

“A tendência de queda vem sendo observada desde outubro do ano passado. Este é o resultado do empenho das forças que compõem a pasta”, destacou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarino.

SSP coordena 1º Congresso Internacional de Segurança Pública

A Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), através da Superintendência de Prevenção à Violência (Sprev), coordena o 1º Congresso Internacional de Segurança Pública da Bahia. O evento, iniciado na quarta-feira (27), acontecerá virtualmente, com transmissão por meio do Youtube, até esta quinta-feira (28) e reúne especialistas do Brasil, França, Itália e Portugal.

Participaram do primeiro dia de reunião o secretário da SSP, Ricardo Mandarino, o subsecretário da SSP, delegado Hélio Jorge Paixão, a superintendente da Sprev, major Denice Santiago, o subcomandante geral da PM, coronel Nilton César Espíndola, o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, Carlos Martins, a secretária da Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, Fabya Reis, a vice-presidente da OAB-BA, Cristiane Gurgel, o representante da Procuradoria Geral da Bahia, o Promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, além de outras autoridades.



De acordo com a superintendente de Prevenção à Violência, major Denice Santiago, o objetivo da iniciativa é refletir sobre o panorama da segurança pública no âmbito nacional, a fim de que as ideias apresentadas possam contribuir para humanizar ainda mais os atendimentos oferecidos à sociedade.

[Saiba mais. Fonte: SSP](#)

Na oportunidade, o ex-secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, ministrou uma palestra sobre o tema "O modelo da Segurança Pública Brasileira e seus Impactos na Sociedade", e debateu sobre a importância da especialização e completude do trabalho que já é feito.

Houve ainda debates sobre "A cultura de paz e a ênfase na prevenção como medida de qualidade na segurança pública o "Panorama mundial de política de drogas: balanço e desafios", e a "Análise criminal, Inteligência policial e tecnologias".

"Fico feliz em estar aqui hoje, participando deste seminário. É preciso compreender que temos uma constituição social e democrata, mas que algumas pessoas tentam derrubá-la e acabar com os direitos por ela conquistados. Você pode se perguntar, por exemplo, se a reforma trabalhista deu certo. Aumentou o número de empregos? Melhorou a vida dos empregados? Funcionou para os empresários? Evidente que não! Com isso, todo esse processo político recai sobre a segurança pública. Com o aumento da miséria, cresce a violência", refletiu o secretário Ricardo Mandarino.

Expediente

Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP

Coordenador

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Ana Clara de Carvalho Andrade – Estagiária de Serviço Social

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social



ceosp@mpba.mp.br

71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

